

PREFÁCIO

Adelino Torres

Graças aos esforços persistentes das professoras Joana Pereira Leite e Isabel Castro Henriques, especialistas em economia e história económica africana, o público português tem agora acesso à tradução do livro de Philippe Hugon, professor da Universidade de Paris-Nanterre, *A economia de África*, certamente uma das melhores sínteses publicadas sobre o assunto e em cuja edição portuguesa o autor teve o cuidado de introduzir elementos inéditos sobre a economia dos países africanos de língua oficial portuguesa, que não constavam no texto francês original (1999).

Com uma vasta e justamente prestigiada obra consagrada aos problemas da economia do desenvolvimento e, em particular, à sua vertente africana, Philippe Hugon pertence à corrente “heterodoxa” da economia do desenvolvimento, a qual se filia directamente na tradição clássica de uma concepção interdisciplinar que recusa o reducionismo das interpretações unívocas e das interpretações artificialmente compartimentadas.

Quer dizer que a sua abordagem, longe de se resumir à composição de *puzzles* e respectiva axiomatização de modelos parcelares, característicos de certas formas de cientismo, põe sobretudo o acento tónico, como defendeu Karl Popper, na resolução de *problemas*, metodologia estimulante e conforme à ambição explicativa de uma disciplina que, pela própria natureza do seu objecto, ocupa um espaço cognitivo que reconhece ser necessariamente delimitado pelas fronteiras da incerteza e da complexidade.

A *démarche* parece tanto mais adequada que, longe de constituir uma realidade única, a África é um continente de contrastes, dinâmicas de mudança e multiplicidades históricas de que o *monoeconomismo*, segundo a expressão de A. Hirschman, não pode dar conta seja qual for a sua utilidade em termos de abstracção.

Por esse motivo a economia do desenvolvimento não é apenas a aplicação a um campo particular dos instrumentos teóricos que se pretendem universais, mas também um questionamento desses mesmos instrumentos. O que obriga a abrir a “caixa negra” das estruturas sociais e a equacioná-las no longo prazo. Por outras palavras, a análise macroeconómica tem de ser colocada na perspectiva histórica, o que não exclui, bem

entendido, a análise microeconómica que permite compreender não só o comportamento dos agentes mas também a acção dos organizações e instituições sociais, independentemente do ponto de vista adoptado pelos diversos autores que trataram esta última questão (por exemplo R. Coase, O. Williamson, Douglass North, G. Hodgson, etc).

Desde logo, como P. Hugon o refere, os debates sobre políticas económicas não podem deixar de ter em conta a pluralidade das trajectórias determinadas pelas (ou que determinam as) finalidades do próprio desenvolvimento.

O estudo refere inicialmente problemas colocados pelo longo prazo histórico, abordados, entre outros, por Catherine Coquery-Vidrovitch e mais recentemente por John Iliffe, resultantes de condicionalismos pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais, os quais ajudam a melhor compreender a crise actual do continente africano e diferenciam este doutras regiões. Nomeadamente quando põem em relevo processos que resultam da conjugação de factores internacionais e internos. A leitura de tais processos não pode ser reduzida nem à percepção de um continente “isolado” nem, menos ainda, ao imaginário simplista de pretendidas “sociedades sem história”, pela razões que a África fez, desde sempre, parte da *economia-mundo* (mesmo se os europeus o ignoravam) e porque a pretensa “a-historicidade” a que se referiu o próprio Hegel, nunca passou de uma aporia sem qualquer fundamento científico.

O breve período de colonização directa, do último quartel do século XIX aos anos 60 do século XX, é objecto de um síntese vigorosa e esclarecedora que enquadra a experiência das independências que se segue a partir de 1960.

Estas assinalam, por sua vez, a passagem de um contexto de relações bilaterais (colónia-metrópole) a um outro, mais alargado, de relações multilaterais no qual os nacionalismos africanos procuram - com algum romantismo - construir e consolidar espaços próprios.

No entanto o peso dos capitais estrangeiros manteve-se dominante, e se a administração colonial cedeu lugar ao Estado pós-colonial, a passagem de uma economia de subsistência a uma economia moderna revelou-se uma empresa difícil e contraditória, na medida em que reflectia tensões e rupturas próprias de sociedades economicamente pouco diversificadas, na confluência de heterogeneidades (políticas, sociais, linguísticas ou étnicas) cuja força centrífuga dificultava dramaticamente a adopção de um figurino de Estado que se

ajustasse às necessidades dos novos países. A adopção do modelo do partido-único pela quase totalidade dos países africanos, que procurou dar uma resposta a tais contradições, revelou-se infrutífera.

Deste modo, o modelo pós-colonial esgotou-se progressivamente. E se a economia do endividamento dos anos 70 retardou a crise, foi apenas para a acentuar ainda mais no longo prazo.

A conjugação das pressões dos banqueiros e investidores do Norte com os interesses particulares de dirigentes e elites dos países africanos, abriu caminho a projectos inadaptados, a investimentos ruinosos conhecidos como “elefantes brancos”, à nacionalização de empresas estrangeiras financiadas pelo endividamento externo, a políticas de industrialização desajustadas, como a estratégia dita de “industrialização por substituição de importações” (ISI), sobre-dimensionada em relação a mercados nacionais e por toda a parte sem ligação com uma sempre adiada integração regional, apesar das principais instituições (CEDEAO, CEEAC, SADCC transformada em SADC) existirem no papel há mais de 20 anos, pouco tendo contribuído para que a África ultrapassasse a vulnerabilidade de uma “balkanização” persistente.

Nos anos 80 a degradação do contexto internacional atingiu duramente as frágeis economias africanas. O *Plano de Acção de Lagos*, redigido pelos chefes de Estado africanos em 1980, constituía uma visão admirável que, se pudesse ter sido levada à prática, colocaria a África de hoje numa situação invejável. Mas a utopia sem uma regulamentação precisa e uma acção calendarizada, caiu rapidamente no esquecimento, dando lugar ao chamado *Relatório Berg*, do Banco Mundial, antecessor das *políticas de ajustamento estrutural* iniciadas sob a égide do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional a partir de 1985, as quais visavam, como observa Philippe Hugon, “transformar a economia administrada de renda numa economia de mercado”.

Desde então a economia africana tem vindo a ser submetida a profundas transformações institucionais, caracterizadas pela erosão ou mutação dos poderes das estruturas, dos órgãos centrais de decisão e das instâncias de negociação e compromisso.

A privatização, que implica a retirada do Estado da esfera produtiva, é acompanhada por transferências de soberania tanto ao nível infra-nacional (descentralização) como supra-nacional (papel crescente das instituições de Bretton Woods). As associações, as ONG, as

cooperativas, a economia popular bem como outros intervenientes da “sociedade civil”, desempenham um papel crescente como produtores de bens e serviços colectivos. Não obstante, daí resulta menos a constituição de uma economia de mercado *stricto sensu* do que uma recomposição de economias que permanecem “rendeiras” tanto nas suas relações externas como no seu funcionamento interno.

Para o compreender, é necessário efectuar cortes transversais num processo de crescimento que, tendo em conta heranças históricas, é revelador dos bloqueios na acumulação. Entre estes, fracas taxas de investimento com forte intensidade capitalística ou investimentos mal direccionados, distorções em favor de sectores não produtivos, insuficiência da procura, dificuldades de melhoria do PIB sobretudo quando confrontado com o forte crescimento demográfico.

Outro factor de bloqueio relaciona-se com as sucessivas disfunções financeiras: financiamento de empresas públicas deficitárias em detrimento da iniciativa privada, banca exclusivamente virada para o sector moderno e urbano numa lógica de curto prazo, créditos mal parados, excessivas despesas militares, défices do orçamento de Estado...

Acrescentam-se ainda os constantes desequilíbrios sectoriais: agricultura alimentar tradicional onde predomina o auto-consumo; culturas de exportações submetidas a fortes flutuações dos preços internacionais, mal enquadradas institucionalmente e estranguladas pelas margens de comercialização ou pela fiscalidade, fazem com que a fraca produtividade da agricultura tenha repercussões directas sobre toda a economia.

Por seu turno o sistema industrial, depois da euforia dos anos 60-70, conhece a partir dos anos 80 uma crise profunda. No novo contexto de privatização, de redução da protecção, de liberalização e de redução da procura interna, favorece actualmente, com algumas excepções, uma verdadeira desindustrialização do continente africano.

O conjunto destes factores conduziu finalmente à marginalização internacional e ao endividamento permanente.

No entanto P. Hugon previne-nos que este enquadramento macroeconómico é insuficiente e mesmo redutor, na medida em que não toma em conta nem as permanências sociais nem as mudanças de práticas dos agentes económicos, devido à pouca fiabilidade dos sistemas de informação, bem como as escalas dos fenómenos estudados e sua temporalidade.

É aqui que a análise microeconómica pode projectar uma nova luz sobre os fenómenos e destacar as “dinâmicas internas”.

A verdade, observa P. Hugon, é que a despeito de todas as dificuldades, e para lá dos fluxos macroeconómicos e dos equilíbrios contabilísticos, os africanos foram capazes de gerir, à sua maneira, desde a independência, uma duplicação da população, uma quintuplicação da sua população urbana, a construção de aparelhos de Estado e a manutenção das fronteiras de Estados-nações, apesar do seu carácter artificial.

Um “*afropessimismo*” em larga medida artificial escamoteia portanto capacidades e energias que mereciam ser valorizadas. Daí a necessidade de uma abordagem micro complementar que permita uma análise mais fina do comportamento das famílias, dos níveis de decisão descentralizados e das práticas dos actores.

O autor destaca três razões: as *racionalidades microeconómicas* dos agentes estão ligadas à sua pertença a redes e a estruturas sociais; os modos de regulação dos conflitos de repartição conduzem a *lógicas redistributivas* e, finalmente, as *dinâmicas reprodutivas* são inseparáveis dos comportamentos demográficos, migratórios e escolares.

É evidente que a África enfrenta desafios consideráveis e a sua situação parece a muitos desesperada. Há todavia uma diferença profunda, como sublinha o autor, entre o economista teórico que escreve, de longe, sobre a África e tem tendência a acentuar os aspectos negativos da crise, apontando a falta de competitividade, os bloqueios do crescimento e a fraqueza dos investimentos, e o economista que tem conhecimento directo do terreno e observa factores fortemente positivos de criatividade nas iniciativas populares (frequentemente espontâneas), de emergência de novas organizações e de manifestações de um dinâmico espírito empresarial de que as estatísticas não falam.

As políticas de estabilização (controlo da inflação, redução do défice orçamental ou depreciação das taxas de câmbio) têm tido efeitos que podem ser considerados aceitáveis. Os resultados são porém muito mais incertos no que se refere às reformas estruturais de fundo. Estas revelam que um desenvolvimento durável não poderá ser atingido sem uma profunda ligação às raízes culturais e sociais de cada sociedade que, por sua vez, favorecem o acompanhamento das revoluções técnicas mundiais.

Para isso é necessário relegitimar o Estado nas suas funções colectivas, alargar o mercado, criar organizações eficientes, favorecer os investimentos, construir um quadro

estável que permita antecipações de longa duração. Para o autor a economia de mercado só poderá funcionar de maneira eficiente se o Estado for reforçado impulsionando um contexto institucional favorável, se as empresas aplicarem lógicas de investimento de longo prazo e se mecanismos de redistribuição controlarem as tensões sociais.

No plano das relações internacionais, não deve ainda ser esquecido o reforço da cooperação inter-africana e entre a África e o resto do mundo, nomeadamente a União Europeia seu mais próximo parceiro, o qual passa pela revisão de lógicas e procedimentos que repensem estratégias sem necessariamente descuidar interesses bem compreendidos.

Resta saber se a próxima extensão das regras da OMC deixará espaço suficiente para uma positiva redefinição de convergências que não se limitam aos campos económico e financeiro.